

**Determinações históricas, desafios e implicações para a formação em educação  
física no Brasil**

*Determinaciones históricas, desafíos e implicaciones para la formación en educación  
física en Brasil*

Marina Ferreira de Souza Antunes

Gislene Alves do Amaral

**Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**

Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

**Resumo**

Apresentamos entrevista com Professor Dr. Vicente Molina Neto, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ex-presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Partindo das mudanças recentes no Brasil, analisa a formação em educação física neste contexto diverso e obscuro. Inicialmente ele tece algumas considerações gerais sobre o momento atual e em seguida passa para as perguntas que tratam o cenário atual da Formação de professores no Brasil em relação às mudanças que ocorreram desde 2015, após o impeachment de Dilma Rousseff; os avanços conquistados até então, as rupturas e os impactos na formação de professores e no trabalho docente frente à escalada obscurantista; apresenta, por fim, sua análise sobre a Resolução 06/2018 que estabeleceu novas diretrizes para a formação em Educação Física no Brasil.

**Palavra Chave:** Formação de professores; Educação Física; Diretrizes Curriculares.

**Resumen**

Presentamos una entrevista con el profesor Dr. Vicente Molina Neto, de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul y ex presidente del Colegio Brasileño de Ciencias del Deporte. A partir de los recientes cambios en Brasil, analiza la formación en educación física en este contexto tan diverso y oscuro. Inicialmente, hace algunas consideraciones generales sobre el momento actual y luego pasa a las cuestiones que abordan el escenario actual de la Formación Docente en Brasil relacionado con los cambios ocurridos desde 2015, después del impugnación de la presidenta Dilma Rousseff; aborda los progresos logrados hasta el momento, las rupturas y los impactos en la formación docente y el trabajo docente frente a la escalada oscurantista; presenta, por último, sus análisis sobre la Resolución 06/2018 que estableció nuevas directrices para la formación en Educación Física en Brasil.

**Palabras Chave:** Formación de profesores; Educación Física; Directrices Curriculares

## **Introdução**

A entrevista que ora apresentamos se insere no escopo do dossiê temático denominado: Formação de Professores em Educação Física no Brasil e na Argentina: concepções, desenvolvimento e dimensões teórico-metodológicas. Para falar sobre o contexto contemporâneo da formação em Educação Física no Brasil, em especial, a partir da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências (Resolução 06/2018/CNE) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Resolução 02/2019/CNE) convidamos o professor doutor Vicente Molina Neto (UFRGS).

O professor Molina, como é conhecido na área da educação física, ocupa, atualmente, o cargo de Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Entidade que congrega pesquisadores e pesquisadoras das diversas áreas de pesquisa que compõem a educação física, desde 1978. Essa entidade também é responsável pela edições de dois periódicos, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e o Caderno de Formação, ou seja, também difunde o saber científico historicamente produzido.

Nesta entrevista o professor Molina aborda as mudanças sócio históricas, recentes, que vivenciamos no Brasil e analisa a formação em educação física neste contexto diverso e obscuro. Inicialmente ele tece algumas considerações gerais sobre o momento atual e em seguida passa a responder as perguntas que formulamos.

**Molina:** Antes de falar especificamente sobre a formação de professores e professoras creio que seria importante lembrar, na esperança do esclarecimento, algumas questões e esquecimentos que estão com significativa frequência presentes nas políticas, projetos e ações de formação de professores e em sucessivas diretrizes curriculares.

O professorado não é uma formação social homogênea, como nenhuma outra o é. Esse coletivo docente está configurado e sujeito as múltiplas e diversas relações com os contextos sociais e culturais onde ensina, o tempo e a pauta histórica em que se constitui como tal. Esse fato contribui significativamente para a construção das subjetividades e exerce influência no trabalho docente de professores e professoras dos diferentes componentes curriculares e em nosso caso na Educação Física, na sua formação e sobre o

que pensam e fazem nos ambientes em que a Educação Física acontece. Portanto quando falamos de professores e professoras estamos falando de diversidade: um problema de fundo para as diretrizes curriculares.

Em seguida, há que se considerar a existência de uma ideia comum na qual o currículo de formação inicial é um ente que abarca e deve abarcar o conhecimento de uma área de conhecimento ou sustentar uma terminalidade profissional, que o sujeito ao concluir uma licenciatura está pleno e acabado para ocupar um posto de trabalho, desconsiderando que sua formação é permanente. Ao contrário, o currículo é insuficiente e inacabado por definição, um processo infundável. Basta ver o que o professorado está aprendendo sobre as novas tecnologias da comunicação e informação nesses tempos de pandemia. O currículo de formação inicial em Educação Física é incapaz de formar um trabalhador para ensinar completamente nos diferentes ambientes de ensino e atender a demanda da comunidade escolar e dos seus estudantes. Ele dá subsídios para isso e induz o sujeito a buscar argumentos e construir conhecimento de modo constante para suprir essa meta, ele nos mostra inacabados e nos induz a ser mais, isto é, bem ensinar bem e aprender também com seus estudantes, a produzir inéditos viáveis no trabalho. Paulo Freire, já nos disse que somos seres incompletos e que diferente de outras espécies temos alguma noção desse inacabamento, dessa incompletude e da finitude. Suponho, que o fascista, o arrogante, o pretensioso e os super-heróis não se dão conta dessa limitação e de seu inacabamento. Daí os discursos salvacionistas e o caráter prescritivo das políticas, projetos e diretrizes curriculares. Portanto, o currículo não pode ser diferente, ele é inacabado. Os trabalhadores da educação vão se completando e crescendo no trabalho docente e no dia-dia do campo após a experiência da formação inicial. O conhecimento da experiência pedagógica, a relação com o outro e o saber do estudante.

Algo que esquecemos com frequência é que a formação de professores e professoras está imersa em jogos de forças, poder e disputas por pretensões de verdade das proposições, crenças e por disputas ideológicas. Não há nada no humano sem ideologia. A direita e o centro acusam a esquerda de projetos ideológicos, mas são tão ou mais ideológicas, tanto nas omissões, quanto afirmações, isso quer dizer que os discursos epistemológicos, são também ideológicos, uma vez impregnados de visões de mundo, por isso são discursos político-epistemológicos sobre o conhecimento.

## *Determinações históricas, desafios e implicações para a formação em educação física no Brasil*

O Professor Jocimar Daólio já nos disse que a cultura é a categoria mais importante da Educação Física brasileira nos últimos tempos, das últimas décadas, da transição do século XX para o Século XXI, não lembro com exatidão da delimitação temporal. Eu mesmo trabalhei a noção de cultura docente para entender a formação e o que fazem os professores nas escolas. Para se pensar a formação dos professores e professoras, não dá para esquecer essa categoria, porque quando estamos no pátio da escola ou no campo ensinando futebol nossas ações são balizadas pelo que sabemos dos conteúdos das aulas, pelo que queremos (vontade política) e pelo que podemos fazer diante das condições materiais objetivas que estão diante de nós. Há uma mandala cultural que abarca nossas relações de ensino e aprendizagem.

**Marina/Gislene:** Como o Sr. avalia o cenário atual da Formação de professores no Brasil em relação às mudanças que ocorreram desde 2015, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff?

**Molina:** Hoje está se vendo que o momento histórico que caracterizou o chamado Impeachment da presidenta foi o início do que hoje se define como um pastiche, um golpe parlamentar sem vergonha. Uma conspiração de setores econômicos e políticos conservadores, junto com parcelas importantes da grande imprensa, militares com e sem pijama e as igrejas neopentecostais tiraram-na do poder sob argumentos da reponsabilidade fiscal e deram início ao movimento que levou uma formação política de extrema direita à presidência da república. Isso todo mundo sabe, saiu nos jornais sobejamente. Foi um filme semelhante, mas não igual ao dos anos 60/70 do século XX. Há livros que detalham várias partes desse movimento como por exemplo Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil (vários autores). O que de algum modo salta aos olhos, sem ser surpreendente, e ainda não está muito claro para muitos foi ver apoio popular que essa formulação política recebeu da maioria da população, o quanto ela deu apoio ao discurso moralista contra a corrupção, o quanto ela apoiou o discurso da liberação das armas e quanto ela apoiou o discurso obscurantista contra a intelectualidade e a ciência brasileira. Para estes os erros da esquerda constituíram-se em crimes e os erros da direita em reformas. Parcelas saíram às ruas para apoiar e confraternizar com um biltre Ministro de Educação que fez de tudo para desmoralizar a formação universitária. Esses fatos me fizeram lembrar o que muitos intelectuais da Educação (Física) brasileira sublinhavam em décadas passadas com todas as letras: grande parte da população brasileira é conservadora. Quem quer transformar o que

aí está, equilibrar e socializar as oportunidades e recursos para toda a população é minoria. Pensando na Teoria do Desenvolvimento Moral a maioria não passou do estágio convencional, isto é, julgamentos centrados na experiência individual e a obediência irrestrita a lei e ordem. O que aconteceu de dezembro de 2015 até agosto de 2016 interrompeu um movimento que desde 2003 estava tentando distribuir melhor a riqueza entre todos os setores do país, ampliar as oportunidades educacionais, notadamente no ensino superior e diminuir o número de famílias localizadas abaixo da linha de pobreza, entre outros. Foi um momento significativo para o crescimento da Educação no país em termos gerais. O ensino superior foi contemplado com aumento de vagas e oportunidades e recursos para o ensino, pesquisa e pós-graduação. Houve também a ampliação das vagas e oportunidades para a formação de professores em todos os níveis e para famílias de baixa renda acessar a universidade. Depois disso, a assunção privatista dos governos conservadores entregou os direitos trabalhistas, a previdência social, a exploração do pré-sal, a terceirização das atividades fins das empresas e a Reforma do Ensino Médio (uma reforma fantasiosa e completamente atravessada à legislação educacional da época e aos planos decenais de educação). Falta ainda privatizar o Banco do Brasil e cobrar mensalidade nas Universidades públicas, entre outros, o que convenhamos será um escárnio. No plano do ensino os Sistemas Estaduais de Ensino e as Escolas de Ensino Médio estão esgaçando suas possibilidades (recursos humanos e materiais) para implementar os trajetos formativos do novo ensino médio. No campo da formação de professores e professoras estamos de frente para a Resolução 06/2018 que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências”, e da Resolução 02/2029 que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”. São resoluções que provocam as comunidades escolares e universitárias a empreender um conjunto de alterações curriculares, mas via de regras são proposições que tendem ao fracasso por dois motivos: (i) os professores e professoras não costumam implementar reformas que não se sintam implicados, compromissados e autores; (ii) a falta de diálogo político-epistemológico entre os gestores educacionais e o professorado. Sem esquecer que o tempo do gestor e do professorado anda de modo diferente. Contudo, algo que me instiga a pensar como problema de fundo

*Determinações históricas, desafios e implicações para a formação em educação física no Brasil*

dessas diretrizes é que elas apontam para uma modelagem de currículo, de conteúdos escolares, de modos de ensinar e aprender em contextos de diversidade entre pessoas e das relações entre elas, esquecendo aquilo Paulo Freire já nos ensinou, a interdependência das relações oprimido-opressor, procedência e relações de classe social e a chamada opressão de gênero e raça.

**Marina/Gislene:** Tem sido recorrente no campo da formação de professores análises que apontam o período de 2005 à 2015 como sendo de muitos avanços no campo da formação, especialmente com os programas que articulam as Instituições de Ensino Superior e as Redes públicas de ensino. Entretanto, percebemos que esses avanços talvez não tenham sido suficientes para o enfrentamento do contexto atual. Quais são, na sua compreensão, os elementos que produziram as rupturas com o período anterior e quais os impactos na formação de professores e no trabalho docente frente à escalada obscurantista que se estabeleceu?

**Molina:** No período a que vocês se referem a questão social esteve no centro das metas governamentais, conseqüentemente a educação. Houve grandes investimentos na educação, em ciência e em tecnologia. Com a retirada da presidente Dilma e seus “aliados do poder”, essa meta foi esquecida e passaram a vigor os interesses privatistas, o assalto ao estado brasileiro. Logo veio a PEC 241/PEC 55 que limitou os gastos (investimentos) públicos e os cortes e restrições à Educação vieram. Os discursos passaram a ser anti-intelectualistas e com isso os investimentos na formação de professores passaram a ser desconsiderado. Interveio nesse processo o debate sobre o ensino médio e a restrição quanto a presença das ciências humanas no Ensino Médio e Superior. A SBPC tem alertado todo o tempo sobre a restrição no financiamento de ciência e tecnologia. O CBCE também. Aliás o CBCE vem se posicionando contra tudo o que o atual governo federal vem fazendo de equivocado, sobretudo às diretrizes e bases que orientam as políticas públicas por ele implementadas. A falta de recursos e de apoio a projetos de pesquisa em todas as áreas tem contribuído para a escalada obscurantista a que te referes. Espero que esse quadro mude logo. Espero que programas como o PIBIC, PARFOR e apoio às Licenciaturas em geral sejam incrementados, atualizados e ampliados com mais recursos e meios adequados.

**Marina/Gislene:** O Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação, promulgou a Resolução 06/2018 que estabelece novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Educação Física no Brasil. Qual foi o diálogo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

com o processo de elaboração dessas diretrizes? Que análise o Sr. faz da concepção de formação presente nesse documento?

**Molina:** Essa questão estimula uma tese, não sobre a ação do CBCE, mas sobre o jogo de forças que se estabeleceu em torno da formulação da resolução. Não nos esqueçamos que essa resolução que aí está é resultado da afirmação majoritária das posições afirmadas pela maioria dos diretores de curso de Educação Física em articulação com o sistema CREF/CONFED e um contraponto quase tênue de posições progressistas, entre elas o CBCE e o conjunto de trabalhadores da Licenciatura Ampliada. A primeira versão que tive a oportunidade de ver, através do Professor Paulo Ventura e do pessoal de Goiás, gente que participou ativamente dos debates junto ao CNE, tratava de uma formação unificada, tipo a Educação Física é uma só (licenciatura). Quando os diretores e setores defensores da formação dualista viram o texto se mobilizaram para a reverter a formação única, que contava com algum apoio de grupos ligados ao CBCE. Então o legislador sempre prescritivo, “buscando uma lógica de formação contemporânea” tentou fazer um *mix* de posições e deu no que deu. Um ensaio interdisciplinar inicial e uma formação altamente especializada no final do curso. Um conjunto de normas que não satisfaz a ninguém, não resolve a fragmentação do conhecimento e atende a ideologia do profissionalismo docente. Tendo a pensar que em breve virá um outro conjunto de normas desse tipo. Há no país uma tradição normativo-prescritiva. Faz algum tempo liderei, politicamente, uma reforma curricular na instituição que trabalhei décadas, onde estive trabalhando com formação por muito tempo e penso que aprendi alguma coisa, embora não tenha conseguido unificar a formação. (i) Não se faz uma reforma curricular sem um programa de formação permanente agregado que possibilite reflexão profunda do professorado nela implicado e buscando a implicação destes coletivos docentes. (ii) O possível êxito de uma reforma curricular depende, sobretudo, do compromisso e envolvimento dos coletivos docente e discentes nela implicados. (iii) As proposições precisam ser debatidas com os estudantes. Sem que os docentes e os estudantes estejam convencidos não há avanço nas reformas. Será uma prescrição de cima para baixo que manterá resistências altamente ativas. Na reforma que liderei os estudantes vinculados ao Diretório Acadêmico eram firmes na unificação da formação, mas havia outras parcelas do conjunto de estudantes que era completamente favorável a formação dualista. Havia um debate velado quase insuperável entre eles e um

*Determinações históricas, desafios e implicações para a formação em educação física no Brasil*

antagonismo explícito ao pensamento do professorado. Quero lembrar alguns pontos para pensar as Diretrizes Curriculares na totalidade. O conhecimento da área provem de diferentes ciências e é muito vasto e diversificado e de difícil e complexa articulação interdisciplinar. Ficou assim com o desenvolvimento da pós-graduação estrito senso. Em razão disso, há quem defenda, por exemplo, no currículo da formação em Educação Física a disciplina de bioquímica mitocondrial II. Nenhuma diretriz dá conta de contemplar a formação em Educação Física na totalidade, nem nas suas especificidades, porque o país é muito grande, tem uma diversidade regional e cultural imensas e as ideias de como deve ser a formação dos trabalhadores são muitas e frequentemente transitam no plano ideal; além disso os gestores e legisladores escutam pouco o professorado e a estudiantada. Assim, o que cada Diretriz e/ou Política de Formação produz em escala são escombros e fantasmas de diretrizes passadas que assombram os formadores e formadoras de professores. Esses escombros são ruínas do passado, mas continuam presentes nas subjetividades e reeditadas quando há oportunidade. Vez ou outra trombamos com elas, nos assustamos e corremos em busca de amparo, aí sai outra Diretriz que logo fracassará e vai virar ruína ou escombros (uma metáfora utilizada por um de meus estudantes de doutorado que estudou as políticas de formação de professores de Educação Física no Rio Grande do Sul). Acredite ou não, mas temos entre nós professor e professora que inspira seu trabalho docente pelo decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971 e diz que a formação deveria considerar os aspectos centrais nele contidos. Ora, isso são os escombros nos atormentando. São os pontos das diretrizes que atravessam o tempo e ficam em nossa subjetividade provocando nossa prática pedagógica. Ilya Prigogine (Nobel de química), examinando a teoria do caos sublinha dois pontos para além da discussão específica que fez: (i) usando a teoria quântica diz que a flecha do tempo é irreversível, que o normal frequente é o desequilíbrio e a busca pela entropia, diferente da mecânica newtoniana quando, distancia, tempo e velocidade de um corpo no espaço podiam ser intercambiáveis na equação e compreensão do tempo; (ii) que após choque entre partículas de um gás não é possível prever a direção que as mesmas irão tomar, afirmações que tem muito sentido para nossa discussão, no campo da Educação Física. Depois de um encontro educativo não sabemos a direção que um de nós vai tomar. No nosso caso, o mal feito já é um escombros, a Resolução 03/87 promoveu a formação dualista em Educação Física e por mais que eu venha contrariá-la com outra diretriz ou outras atitudes ela estará presente, seja como ente atuante ou fantasma agonizante (a



flecha do tempo). Os efeitos das diretrizes depois que elas saem da mão do legislador são imprevisíveis, ainda mais para o setor privatista que precisa manter seu negócio lucrativo. Pelo andar de nossa comunidade, e pela quantidade de trabalhadores envolvidos será muito difícil mudar, não é impossível, mas praticamente pelo número de gente que já formou e pelo número de defensores entre formação unificada ou dualista, penso que será muito difícil voltar a ter uma formação unificada, embora eu a defenda. Por outro lado, os efeitos e formados na égide das diferentes diretrizes anteriores ainda têm muito tempo de trabalho e os doutos se reproduzem. O que coloca as subjetividades em pugna e mais escombros a superar. Alguém já me disse que há lugares em que bacharéis e licenciados vão além dos debates intelectuais e políticos. Sobre a participação do CBCE, na elaboração das atuais diretrizes, foi uma participação que eu diria, indireta. Entre nós discutimos, a comunidade da Educação Física envolvida com essa questão discutiu em diferentes instituições universitárias. Associados do CBCE tiveram protagonismo tanto na organização do debate, quanto nos questionamentos. O então Conselheiro do CNE Paulo Barone fez audiência pública com eles, discutiu com a comunidade na PUC de Goiás, na UNB e com outros coletivos docentes e outras instituições. Isso está registrado no *Youtube*. Dado o protagonismo desses associados pareceu que o CBCE em peso discutiu a questão e apoiou a formação unificada. Agora, é importante pensar que no GTT Escola houve importantes vozes em favor da formação dualista e no GTT Formação importantes e muitas vozes argumentaram em favor da formação unificada, da licenciatura ampliada. Conheço a lógica dos dois argumentos e são argumentos plausíveis. Na gestão da Presidente Simone Rechia havia até uma pergunta no site do CBCE para o associado sinalizar a favor da formação unificada ou dualista. Também no CONBRACE houve mesas-redondas sobre o assunto. Eu mesmo, devido a um conjunto de circunstâncias pessoais do momento me manifestei uma ou outra vez nacionalmente sobre minha defesa em favor da formação unificada. Minhas manifestações foram na maioria em âmbito regional, local, onde sou considerado um desafeto, quase um inimigo público, dos ideólogos do profissionalismo docente. Por isso digo que a participação do CBCE foi indireta, foi boa, mas não suficiente para garantir uma das linhas de argumentação e definir um modo de formar professores e professoras.

**Marina/Gislene:** A partir das Diretrizes Curriculares para a Educação Física as Instituições de Ensino Superior devem adequar ou reformular os seus currículos. Entretanto, isso tem se

*Determinações históricas, desafios e implicações para a formação em educação física no Brasil* revelou um dilema quanto ao cumprimento da Resolução 06/2018 e, ao mesmo tempo, o cumprimento da Resolução 02/2019 que se referem às licenciaturas em geral. Existem aproximações possíveis entre as duas resoluções ou prevalecem as incongruências? Que perspectiva(s) de formação em Educação Física pode(m) resultar dos novos currículos em construção?

**Molina:** Diria, de modo lacônico, que as comissões de graduação, os coletivos docentes situados na geopolítica nacional terão muito trabalho para efetivar, para adequar ou reformular seus currículos de formação. Muito trabalho mesmo, porque terão que seguir uma de duas direções, ou ainda fazer um *mix* das duas: a direção da especificidade dada pela Resolução 06/18 ou a direção da generalidade ou generalista dado pela Resolução 02/19. Contudo, serão caminhos espinhosos, porque terão que prestar atenção sobre o que pensam e proclamam grupos de referência que estão fora do currículo da formação inicial, como as corporações, as entidades de classe, as associações estudantis, ex-alunos e coletivos docentes disciplinares, mas que formam opinião sobre o assunto. Lembro sobre o que diz Stephen Ball sobre a abordagem do ciclo de políticas entre o contexto de formulação de uma política educacional e o contexto da prática e de suas determinações. No contexto de formulação dessas diretrizes há motivação, história, fatos e componentes que contribuem para sua formulação ideal, a questão é quando precisamos colocá-las em prática, onde serão intervenientes os ranços disciplinares, as pugnas por pretensão de verdade entre subáreas de conhecimento, coletivos docentes, o mau humor, as disputas corporativas e os escombros e ruínas de resoluções passadas. Veremos expressões como: “Querem acabar com minha disciplina!” Nesse caso, é jogo de forças, muito suor, conflito e algum consenso. Os interesses particulares passam a primar nas decisões morais, teóricas e técnica dos sujeitos e instituições envolvidas. Aí, o que vale é a política mesmo. Tanto questões macro, quanto micropolíticas. Em certas versões pedagógicas é o livro, a teoria do currículo que vai resolver e se ele não resolver, a força, e o poder de barganha vão ser usados. Sinceramente, com todo respeito, não sei que bicho vai dar. Que trabalhador esperar. Minha pergunta é: Se na 06/18 está explícito que: “A integração entre as áreas específicas dependerá de procedimento próprio e da organização curricular institucional de cada Instituição de Ensino Superior; O egresso do curso deverá articular os conhecimentos da Educação Física com os eixos/setores da saúde, do esporte, da cultura e do lazer e os da formação de professores; Ampliação do conceito de docência como ação educativa e

como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo;” Porque, então, precisamos de uma formação em duas terminalidades. Vamos buscar inspiração na 02/19, substituindo a noção de competência por saberes docentes, quando sublinha a valorização “da diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas;”.

**Marina/Gislene:** O que podemos esperar para o futuro próximo em termos de tendências para a formação de professores no Brasil, diante de dois cenários possíveis?

- a. Continuidade do desmonte dos serviços públicos em andamento;
- b. Retomada da democracia e fortalecimento do papel do Estado nas políticas sociais.

**Molina:** Penso que a reforma administrativa que está no Congresso será mais uma performance do ataque ao Serviço Público, à Universidade Pública, à ciência, à intelectualidade, ao professorado e aos servidores técnicos-administrativos e em consequência a formação dos estudantes. Enquanto os setores privatistas e seus aliados estiverem no poder o desmonte do serviço público continua. A meta perseguida é cobrar mensalidades na universidade pública e entregá-la a fundos de pensão e provedores internacionais de serviços de educação, entregando o poder aos grandes conglomerados financeiros, aqueles que fazem doações as universidades, mas que também dizem como e o que nelas ensinar. O que nos resta no momento é resistir e resistir de todas as formas possíveis e legais com amparo na constituição. Seguindo como está a formação de professores e professoras continuará caindo em direção ao esquecimento. Porque o que interessa a esse governo que aí está é a formação de engenheiros e especialistas em alta tecnologia. Autoridades educacionais cansaram de pronunciar esse discurso durante a reforma do ensino médio e no lançamento de programas governamentais. Lembro que até profissionais da saúde altamente qualificados foram desmoralizados pelas ações do governo federal. Minha esperança é que em 2022, esse quadro de entrega subserviente dos serviços do estado à iniciativa privada e ao mercado capitalista mude e outra configuração de forças

*Determinações históricas, desafios e implicações para a formação em educação física no Brasil*

democráticas chegue ao governo, ou ainda que depois de tudo privatizado os entreguistas de plantão percebam que não há mais nada para vender e caíam em si sobre o mal que fizeram e estão fazendo a este país. Parece lugar comum e provido de certa ingenuidade, mas temos que nos empenhar em mudar o modelo de formação e garantir a importância dele em toda a esfera pública com vista a uma Educação mais justa, equânime, igualitária, democrática e popular. Temos intelectuais, formadores e formadoras de professores muito bons em todos os lugares do país, mais precisamos incluí-los em um amplo debate nacional sobre a formação inicial e permanente, contudo temos que driblar as normativas governamentais redesenhando currículos que permitam ao egresso transitar e trabalhar nos diferentes ambientes educativos onde a educação física acontece. Integrando (com incentivos no financiamento de suas ações) nesse processo a pós-graduação em Educação Física. Temos ainda os Planos Nacionais de Educação e os Planos Nacionais de Pós-Graduação que podem nos dar indicativos para subsidiar um amplo e permanente plano de formação de professores e professoras. Vamos trabalhar com as experiências docentes dos colegas que já estão ensinando na educação básica e nos outros ambientes em que atos educativos acontecem. Contudo, mantendo presente a diversidade e as identidades dos coletivos docentes histórica e socialmente localizados. Encerro com Gadotti (p.104) sobre Paulo Freire projetando uma dimensão internacional, ao mesmo tempo solidária da escola<sup>i</sup>. Para viver nesse tempo presente o professor precisa engajar as crianças para viver no mundo da diferença e da solidariedade entre diferentes. A escola [e as instituições de formação de professores e professoras] precisam preparar o cidadão para participar de uma sociedade planetária. Elas têm que ser locais, como ponto de partida, mas tem de ser internacional e intercultural, como ponto de chegada.

## **Nota**

---

<sup>i</sup> Paulo Freire: uma bibliografia. Moacir Gadotti. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

## **Sobre as entrevistadoras**

### **Marina Ferreira de Souza Antunes**

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia (1991) mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2005) área de concentração Educação Escolar e doutorado em Educação (2015) pelo Programa de Pós-

---

Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, área de concentração Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional. Professora efetiva da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Laboratório de Estudos sobre Escola, Currículo e Educação Física (LECEF/FAEFI/UFU) e do NUTESES/UFU. Presidenta do Conselho Municipal de Educação (Gestão 2017-2019). Coordenadora do II Curso de Especialização em Educação Física Escolar. Coordenadora do Curso de Graduação em Educação Física – Grau Licenciatura (2018-2021). Coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, subprojeto Educação Física (2018-2022). E-mail: [marina.antunes@ufu.br](mailto:marina.antunes@ufu.br)  
Orcid: ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-6312-050X>

### **Gislene Alves do Amaral**

Possui Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia (1985), Mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (2018). Professora na Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, subprojeto Educação Física Ensino Fundamental (2011-2013). Coordenadora do Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses – NUTESES/UFU e do Laboratório de estudos sobre Escola, Currículo e Educação Física – LECEF/UFU. E-mail: [gislene1amaral@gmail.com](mailto:gislene1amaral@gmail.com)  
Orcid - <https://orcid.org/0000-0002-9556-556X>

### **Sobre o entrevistado**

**Vicente Molina Neto:** Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991) e Doutor em Filosofia e Ciências da Educação - Universidad de Barcelona (1996). Realizou Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona (2003-2004) e Estágio Sênior como professor convidado (2013). É professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Grupo de Pesquisa F3P-EFICE e participa do Grupo Formación Inovación y Nuevas Tecnologías e do Centro de Estudios sobre los Cambios en la Cultura y en la Educación, ambos da Universidade de Barcelona. Ex presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2017-2021). E-mail: [molinaneto@yahoo.com.br](mailto:molinaneto@yahoo.com.br)  
Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-7124-012X>

Recebido em: 16/09/2021

Aceito para publicação em: 26/10/2021